



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 2.112, 15 de dezembro de 2021.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

Procuradora-Geral de Justiça

SELMA LEITE DO NASCIMENTO SAUERBRONN DE SOUZA

Vice-Procuradora-Geral de Justiça Jurídico-Administrativa

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA

Vice-Procurador-Geral de Justiça Institucional

LIBANIO ALVES RODRIGUES

Ouvidor

JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JÚNIOR

Corregedor-Geral

GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR

Chefe de Gabinete da PGJ

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

Secretário-Geral



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF - CEP 70.091-900.

Horário de funcionamento para atendimento ao público externo: em dias úteis, das 12h às 18h

Telefones: (61) 3343-9500 - Plantão (sábados, domingos e feriados): (61) 3214-4444 | 3103-6217 | 3103-6219



**Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça**

PORTARIA Nº 678, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre o expediente no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT no período de 20/12/2021 a 06/01/2022.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o disposto no art. 60, da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008;

CONSIDERANDO que a Procuradoria-Geral da República, por meio da Portaria PGR/MPU nº 755, de 18 de outubro de 2013, regulamentou o expediente no âmbito de todo o Ministério Público da União, nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Conjunta nº 106, de 17 de novembro de 2016, do Presidente, do Primeiro e do Segundo Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Corregedor da Justiça do Distrito Federal e Territórios, que regulamenta o funcionamento das unidades judiciais e administrativas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios durante o feriado forense de 20 de dezembro a 6 de janeiro;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Normativa PGJ nº 412, de 26 de novembro de 2015;



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça

CONSIDERANDO o teor da Portaria PGR/MPU nº 128, de 2 de dezembro de 2021, que estabelece as diretrizes para o plantão do recesso, compreendido entre 20 de dezembro de 2021 e 6 de janeiro de 2022;

CONSIDERANDO que compete ao Procurador-Geral de Justiça promover as medidas necessárias para assegurar a continuidade dos serviços, nos termos da alínea “c” do inciso XIII do art. 159 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e

CONSIDERANDO o teor do *Tabularium* nº 08191.168660/2021-31,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que o expediente no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT será cumprido estritamente em regime de plantão, no período de 20/12/2021 a 06/1/2022, preferencialmente, das 12h às 19h.

§ 1º O plantão será realizado de forma presencial apenas para as atividades incompatíveis com o trabalho remoto, mediante apresentação de justificativa a ser enviada à Secretaria-Geral pela Chefia informando a essencialidade da presença do servidor nas dependências do MPDFT.

§ 2º As horas de trabalho regularmente registradas durante o período de que trata o art. 1º deste artigo integrarão banco de horas próprio na proporção de dois para um tanto para aquelas prestadas presencialmente quanto para as prestadas de modo remoto.

§ 3º O servidor designado para trabalhar presencialmente deverá registrar suas entradas e saídas no sistema de ponto eletrônico.



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça

§ 4º A chefia imediata deverá registrar, no sistema de controle de frequência, as horas efetivamente trabalhadas pelo servidor designado para atuar remotamente.

§ 5º A jornada de trabalho no período previsto no caput deverá observar o disposto na Portaria Normativa PGJ nº 412, de 26 de novembro de 2015, e será computada em horas, integrando banco de horas próprio, nas proporções dispostas no § 2º deste artigo.

§ 6º Os servidores que atuarem no plantão da primeira instância do MPDFT nos dias úteis incluídos no recesso forense terão direito à compensação estabelecida no parágrafo anterior, não fazendo jus a essa compensação os que trabalharem nos sábados, domingos e feriados.

Art. 2º Os servidores que, por necessidade do serviço, permanecerem em exercício no período de recesso deverão usufruir as horas efetivamente trabalhadas até o dia 30 de novembro do ano subsequente ao início do plantão.

Art. 3º A Procuradora-Geral de Justiça, durante o período de recesso, atuará nos feitos urgentes da segunda instância.

Parágrafo único. A Procuradora-Geral de Justiça contará com apoio dos assessores da Procuradoria-Geral de Justiça durante o recesso, devendo a escala dos servidores auxiliares ser informada à Chefia de Gabinete.

Art. 4º A fim de assegurar o pronto e eficiente cumprimento das funções administrativas, havendo necessidade de serviço, o Secretário-Geral poderá escalar os servidores das secretarias a ele vinculadas para trabalhar no período do recesso.

Parágrafo único. No âmbito da Secretaria-Geral, havendo necessidade de conclusão de procedimentos licitatórios e/ou formalização de contratos com empresas vencedoras dos respectivos certames, poderá haver expediente nos dias 24 e 31 de dezembro de 2021.



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça

Art. 5º Conforme definido no art. 3º da Portaria Normativa PGJ nº 412, de 2015, o plantão será realizado nas seguintes unidades:

I – Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude;

II – Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Samambaia;

III – Núcleo de Apoio ao Atendimento Integrado Judicial ao Adolescente em Conflito com a Lei – NAIJUD;

IV – Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I; e

V – Seção de Controle Processual da Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça – NAAP.

Parágrafo único. O plantão da primeira instância do MPDFT funcionará nos horários previstos na Resolução CSMPDFT nº 241, de 13 de abril de 2018, bem como na Portaria PGJ nº 632, de 23 de novembro de 2021.

Art. 6º Os prazos das sindicâncias, das tomadas de contas especiais, das comissões para recebimento de obras e dos processos administrativos disciplinares que estejam tramitando no âmbito do MPDFT serão suspensos no período de 20 de dezembro de 2021 a 6 de janeiro de 2022.

Art. 7º Os casos omissos serão dirimidos pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

SELMA SAUERBRONN



**Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça**

PORTARIA Nº 679, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, artigo 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 16, inciso I, da Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, e o art. 3º da Portaria PGJ nº 90, de 13 de setembro de 2019; e

CONSIDERANDO o teor do *Tabularium* nº 08191.168896/2021-78,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, previamente, analistas periciais deste Ministério Público para desenvolverem perícia no exercício de 2022, conforme a seguinte lista:

NOME	MATRÍCULA
Alan Amorim Sousa	1951
Anderson Aguiar de Barros	2601
Breno Oliveira Freire	4592
Bruno Esteves Távora	3427
Carine Adriana Câmara Barbosa	2010
Carla Pereira Rubo	2605
Custodio Chevrand Netto	5121
Daniel Fernandes Azevedo Martins	4606



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça

Daniel Pereira Cruvinel	3333
Daniely Castelo Branco Moura Bezerra	4600
Dimitri Sergei Filgueiras Bessa	4827
Eduardo Dimas de Alsina Grau	3163
Eduardo Pio da Silveira	3969
Estevan Pardi Corrêa	3212
Guilherme Thomé de Carvalho	3928
Helmo Lopes Tavares	2621
Humberto Luiz de Oliveira Lage	3337
João Bosco Carbonesi	1196
João Bosco Ramos Ferreira	5127
Juliana Santiago de Paiva	2630
Julio Cezar de Oliveira Rangel	5004
Leandro Pereira Teixeira	3342
Luciano Rodrigues de Farias	1336
Luzideth Luzia Gonçalves	2638
Marcos Menezes da Paixão	3467
Mariana Calasans de Oliveira	4051
Mateus Rollember Santin	4896
Newton Alexandre Marques Correa	5015
Nicole Tadiello Graeff	4007
Otávio Alexandre Gurgel de Pontes Silva	2651
Patrícia Camila Oliveira Nogueira Falcão	3190
Paula Moreira Felix Costa	3775
Paulo Henrique Nunes	3773
Pedro Henrique Marques Fagundes	5139
Prates Silva Prates	1946
Raul Carvalho Burnett	3412
Renato Egert	3457
Santiago Moreira Magalhães	3142
Sérgio Ferreira Ramalho	2703
Silvan Batista Moreno	3393
Talita Goulart Fonseca	3722
Thalita Lucena Martins de Miranda	4679
Vilson Dias Magalhães	4623
William Oliveira Bessa	3468
Yuri Batista Rodrigues	1907

Art. 2º Conforme o art. 15 da Portaria PGJ nº 90, de 13 de setembro de 2019,



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça

competete à Secretaria-Geral do MPDFT verificar a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o pagamento da gratificação pelo exercício das atividades periciais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

SELMA SAUERBRONN



**Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça**

PORTARIA Nº 681, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera a designação de membros para oficiarem perante o Núcleo de Audiência de Custódia – NAC.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor do *Tabularium* nº 08191.169575/2021-91,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a designação de membros para oficiarem nas audiências do Núcleo de Audiência de Custódia – NAC, nos dias 14 e 15 de dezembro de 2021, que passa a vigorar da seguinte forma:

HORARIO	MEMBRO	CARGO	DIAS
Das 9 às 15h	ANDRÉA BERNARDES DE CARVALHO	Promotora de Justiça	14/12/2021
	ANDRÉA BERNARDES DE CARVALHO	Promotora de Justiça	10/12/2021

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Publicação: SSA
Origem: ACD

R:\DAJ\TRABALHO\Boletim de Serviço\2021\Portarias doc\2021_0681_NAC_Alteração.odt



Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

SELMA SAUERBRONN



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

PAUTA – 141ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL

17 de dezembro de 2021, às 14h30

Sessão Virtual – Via Microsoft TEAMS

(Edifício Sede do MPDFT, Praça do Buriti, Lote 02, 9º Andar, Sala nº 952)

Coordenador em Exercício

MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS

Membros Titulares

FERNANDO CEZAR P. VALENTE

MAURO FARIA DE LIMA

EXPEDIENTE

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

A. 140ª Sessão Ordinária, de 09 de novembro de 2021;

2. COMUNICAÇÕES DO COORDENADOR em exercício

A. Os membros da 2ª Criminal despacharam os expedientes recebidos via sistema TABULARIUM, no mês de novembro, da seguinte forma:

-1º Membro Titular: 2 expedientes

-2º Membro Titular: 2 expedientes

-1º Membro Suplente: 2 expedientes



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

ORDEM DO DIA

**PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP E PROCESSOS FÍSICOS DA
- RELATORIA DO DR. MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS – COORDENADOR EM
EXERCÍCIO**

**1.PJe nº 0719376-18.2021.8.07.0003 da 1ª Vara Criminal de Ceilândia (nº
08192.123149/2021-09 do MPDFT)**

Autor do Fato: José Irismar Gomes de Sousa

Vítima: Golfo Importação Exportação e Comércio de Vestuário Ltda. EPP (Casa Brasileira)

Incidência Penal: Art. 155, *caput*, do Código Penal

**2.PJE nº 0705003-37.2021.8.07.0017 da Vara Criminal e do Tribunal do Júri do
Riacho Fundo**

Autor do fato: Rafael de Souza Araujo

Assunto: Crimes do Sistema Nacional de Armas

3.PJE nº 0722037-67.2021.8.07.0003 da 1ª Vara Criminal de Ceilândia

Autor do Fato: Francisco Nilson de Siqueira

Vítima: O Estado

Incidência Penal: Art. 306, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.503/97

4.PJE nº 0705779-85.2021.8.07.0001 da 1ª Vara Criminal de Brasília

Autores do Fato: Giselle Resio Guimarães, Nalvina Pereira De Souza e Michella Marys Santana Pereira

Vítima: Roberto De Figueiredo Caldas

Incidência Penal: Denúncia caluniosa



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**5.PJE n° 0707068-48.2020.8.07.0014 da Vara Criminal e do Tribunal do Júri do
Guará**

Autor do Fato: Júlio César Gomes Dias

Vítima: Christyan Ferreira Mesquita

Incidência Penal: Art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal.

**6.PJe n° 0732654-29.2020.8.07.0001– 3ª Vara de Entorpecentes do Distrito
Federal**

Réu: Deuselita Silva Souza

Incidência penal: Art. 33, *caput*, da Lei n° 11.343/2006

**7. PJe n° 0704963-34.2020.8.07.0003 – 4ª Vara Criminal da Circunscrição
Judiciária de Ceilândia**

Autor do fato: Paulo César Soares Júnior

Incidência penal: Artigo 1º, inciso II, c/c art. 12, inciso I, da Lei 8.137/90, c/c art. 71 do Código Penal (por 8 vezes)

8. PJE n° 0738487-91.2021.8.07.0001 da 5ª Vara Criminal de Brasília

Autora do Fato: Mayara Madeira Ferreira

Incidência penal: Furto Qualificado

9. PJE n° 0726208-67.2021.8.07.0003 da 2ª Vara Criminal de Ceilândia

Autor do Fato: A. D. L. P.

Incidência penal: Art. 215-A, *caput*, do Código Penal

PROCESSOS FÍSICOS - ARQUIVAMENTOS

1.PIC n° 08190.002784/20-86

Origem: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional - NUPRI

Vítima: Aleno Jorge Eufrásio da Silva (interno)

Assunto: Suposta agressão cometida contra interno



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

2.PIC n° 08190.053683/18-21

Origem: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Vítima: Lucas da Silva Lisboa dos Santos

Assunto: Suposta agressão cometida contra interno

3.PIC n° 08190.001503/20-50

Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística – PROURB

Envolvidos: Carlos Eduardo de Andrade Muniz

Evaldo Luiz Lima de Souza

Edenjones Albuquerque

Assunto: Identificar organizações criminosas atuantes na prática de parcelamentos irregulares do solo para fins urbanos.

**PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP E PROCESSOS FÍSICOS
DA – RELATORIA DO DR. FERNANDO CÉZAR P. VALENTE – 1o. MEMBRO
SUPLENTE**

**1.PJE n° 0716003-82.2021.8.07.0001 – 3ª Vara de Entorpecentes do Distrito
Federal**

Autor do Fato: Michael Soares de Brito

Incidência Penal: Art. 33, *caput*, da Lei n° 11.343/06

2.PJE n° 0727436-77.2021.8.07.0003 – 4ª Vara Criminal de Ceilândia

Autor do Fato: Warllyson Oliveira Silva

Incidência Penal: Art. 163, parágrafo único, inciso III, art. 329, *caput*, e art. 331, todos do Código Penal

3.PJE n° 0715179-20.2021.8.07.0003 – 4ª Vara Criminal de Ceilândia-Sigiloso

Autor do Fato: C. V. L.

Incidência Penal: Art. 215-A, *caput*, do Código Penal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

4. PJE nº 0000948-39.2020.8.07.0011 – Vara Criminal e Tribunal do Júri do Núcleo Bandeirante

Autor do fato: Raphael Rodrigues Bontempo

Incidências penais: Art. 329, *caput*, e art. 331, ambos do Código Penal

5. PJE nº 00736587-73.2021.8.07.0001 – 5ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal – Réu Preso

Autores do Fato: Henrique Silva de Jesus

Jenifer Dias Oliveira

Incidência Penal: Art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/060736587-73.2021.8.07.0001

6. PJE Nº 0715680-93.2020.8.07.0007 da 1ª Vara Criminal de Taguatinga

Autor do fato: David Gomes Vasconcelos e outros

Assunto: Furto Qualificado

7. PJE nº 0701885-47.2021.8.07.0019 da Vara Criminal e do Tribunal do Júri do Recanto das Emas

Autor do fato: Alex Marques Ribeiro

Assunto: Receptação

8. PJE nº 0709498-66.2021.8.07.0004 do Tribunal do Júri e Vara dos Delitos de Trânsito do Gama

Autor do fato: Lazaro Garcia de Souza

Assunto: Crimes de Trânsito

PROCESSOS FÍSICOS - CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES

PA Nº 08190.001231/21-32 (Tabularium nº 08191.141378/2021-15)

Interessados: Suscitante: 12ª Promotoria de Justiça Criminal de Brasília

Suscitada: 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal de Brasília

Assunto: Conflito Negativo de atribuições



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

PROCESSOS FÍSICOS - ARQUIVAMENTOS

1.PIC n.º 08190.199465/16-34 - SIGILOSO

Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde

Envolvidos: H.R.P. e outros

Assunto: Apurar eventual conduta criminosa

PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS - Art. 28 do CPP E PROCESSOS FÍSICOS DA – RELATORIA DO DR. MAURO FARIA DE LIMA – 2o. MEMBRO TITULAR

1.PJE nº 0719414-36.2021.8.07.0001 da 1ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal

Autora do Fato: Maryana Campos Fonseca

Vítima: O Estado

Incidência Penal: Art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06

2.PJE nº 0003982-65.2019.8.07.0008 da Vara Criminal do Itapoã

Autor do Fato: Douglas Mendes dos Santos

Vítima: Alan Barbosa dos Anjos

Incidência Penal: Art. 180, *caput*, do Código Penal.

3.PJE nº 0736955-82.2021.8.07.0001 da 1ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal

Autor do Fato: Weverton Carlos Germino Tomaz

Vítima: O Estado

Incidência Penal: Art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06

4.PJE nº 0712650-96.2019.8.07.0003 da 3ª Vara Criminal de Ceilândia

Autora do Fato: Geyce Pinheiro de Souza

Vítimas: Imperial Joias

Gabrielle Araújo Leão



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

Laurecida Pereira Alves

Incidências Penais: Art. 171, *caput*; art. 171, *caput*, c/c art. 14, II; e art. 304 c/c art. 297, todos do Código Penal

PROCESSOS FÍSICOS - ARQUIVAMENTOS

1. PIC n° 08190.149290/19-01 (Sigiloso)

Origem: Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional - NUPRI

Vítima: Em apuração

Assunto: Supostas agressões cometidas contra internos

2. PA 08190.000971/21-33

Origem: 2º Núcleo de Combate à Tortura

Interessado: Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF

Assunto: Acompanhar o aprimoramento e formalização de diligências realizadas pela Polícia Civil do Distrito Federal

MANIFESTAÇÃO DOS MEMBROS

MOISÉS ANTÔNIO DE FREITAS

Coordenador em exercício

Procurador de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 96/2021 – UASG 200009

Nº Processo: 08191.092401/2020-41. Objeto: Registro de Preços, pelo prazo de até 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de estruturação de eventos, compreendendo serviço de recepção e mestre de cerimônias. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 15/12/2021 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Lote 2, Edifício-Sede do MPDFT, Sala 607, Praça do Buriti - Brasília/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/200009-5-00096-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 15/12/2021 às 08h00 no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Abertura das Propostas: 28/12/2021 às 14h00 no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Ana Luisa Cardoso Zardim – Secretária de Licitação MPDFT.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SEÇÃO DE CONTROLE DE DIÁRIAS E PASSAGENS

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS

Foram concedidas à Procuradora-Geral de Justiça, Fabiana Costa Oliveira Barreto, matrícula 610, 4,5 diárias, no valor total de R\$ 5.677,83 para participar da reunião do Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal – GNCCRIM e do II Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, na cidade de Vitória/ES, realizada no período de 20 a 22 de outubro de 2021 na cidade de Vitória-ES. O valor total gasto com passagens aéreas para o trecho Brasília-DF/ Vitória-ES /Brasília-DF foi de R\$ 1.643,08.

Foram concedidas à Procuradora-Geral de Justiça, Fabiana Costa Oliveira Barreto, matrícula 610, 3,5 diárias, no valor total de R\$ 4.474,91 para participar do Encontro Temático do GNCCrim, bem como de visita institucional aos Centros de Integração de Apoio às Penas Alternativas e ao Ministério Público de Santa Catarina, nos dias 22 e 23 de novembro de 2021, em Florianópolis/SC. O valor total gasto com passagens aéreas para o trecho Brasília-DF/ Florianópolis-SC /Brasília-DF foi de R\$ 2.820,71.

Foram concedidas à servidora, WANESSA SALAZAR MONTORIL DE CAMPOS Assessora, CC-04, matrícula 5246, 3,5 diárias, no valor total de R\$ 1.811,72, para participar de Encontro Temático do GNCCrim, de reunião com o Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí, bem como de visita aos Centros de Integração de Apoio às Penas Alternativas - CIAP, na cidade de Teresina-PI, nos dias 13 e 14 de outubro de 2021. O valor total gasto com passagens aéreas para o trecho Brasília-DF/Teresina-PI/Brasília-DF foi de R\$ 2.629,46.

Foram concedidas à Promotora de Justiça, Selma Leão Godoy, matrícula 10126, 3,5 diárias, no valor total de R\$ 4.008,92, para participar de Encontro Temático do GNCCrim, de reunião com o Procurador Geral de Justiça do Estado do Piauí, bem como de visita aos Centros de Integração de Apoio às Penas Alternativas - CIAP, na cidade de Teresina-PI, nos dias 13 e 14 de outubro de 2021. O valor total gasto com passagens aéreas para o trecho Brasília-DF/Teresina-PI/Brasília-DF foi de R\$ 2.275,46.

Foram concedidas à Procuradora-Geral de Justiça, Fabiana Costa Oliveira Barreto, matrícula 610, 4,5 diárias, no valor total de R\$ 5.677,83, para participar de Reunião do CNPG e do Congresso de Direito Penal do Ministério Público da Região Sudeste, na cidade de Araxá/MG, nos dias 1º, 2 e 3 de dezembro de 2021. O valor total gasto com passagens aéreas para o trecho Brasília-DF/ Uberlândia-MG /Brasília-DF foi de R\$ 1.116,46.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Foi concedida ao Promotor de Justiça, RODRIGO DE OLIVEIRA MACHADO, matrícula 10119, 0,5 diária, no valor total de R\$ 520,12, para realizar visita institucional à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC, na cidade de Paracatu/MG, no dia 13 de dezembro de 2021, deslocamento em carro oficial.

Bruna Carvalho Lara de Sousa
Técnico Administrativo